

DANIEL CASTRO GOMES DA COSTA  
REYNALDO SOARES DA FONSECA  
SÉRGIO SILVEIRA BANHOS  
TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO

*Coordenadores*

*Prefácio*

Rosa Weber

# DEMOCRACIA, JUSTIÇA E CIDADANIA

Desafios e Perspectivas

*Homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso*

**TOMO 2**

---

PENSANDO AS INSTITUIÇÕES, A JUSTIÇA E O DIREITO

---

Belo Horizonte

**FÓRUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

© 2020 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

# FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1169433

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

■ 383 Democracia, justiça e cidadania: desafios e perspectivas – homenagem ao Ministro Luis Roberto Barroso/ Daniel Castro Gomes da Costa... [et al.] (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2020.

458p.; 17cm x 24cm

Tomos 2: Pensando as instituições, a justiça e o Direito

ISBN: 978-85-450-0749-4

1. Direito Administrativo. 2. Direito Financeiro. 3. Direito Constitucional. 4. Direitos humanos. I. Costa, Daniel Castro Gomes da. II. Fonseca, Reynaldo Soares da. III. Banhos, Sérgio Silveira. IV. Carvalho Neto, Tarcísio Vieira de. V. Título.

CDD 341.2

CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Daniel Castro Gomes da; FONSECA, Reynaldo Soares da; BANHOS, Sérgio Silveira; CARVALHO NETO, Tarcísio Vieira de (Coord.). *Democracia, justiça e cidadania: desafios e perspectivas. Homenagem ao Ministro Luis Roberto Barroso.* Belo Horizonte: Fórum, 2020. 458p. t. 2: Pensando as instituições, a justiça e o Direito. ISBN 978-85-450-0749-4.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Rosa Weber</b> .....	13
-------------------------	----

## AUTOCONTENÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<b>JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, ILDEGARD HEVELYN DE OLIVEIRA ALENCAR</b> .....	15
1 Introdução .....	15
2 A “judicialização da vida” no Supremo Tribunal Federal e suas implicações.....	16
3 Algumas doutrinas sobre a autocontenção judicial .....	19
4 Autocontenção no Supremo Tribunal Federal.....	22
5 Conclusão .....	25
Referências .....	25

## CORTES CONSTITUCIONAIS E DEMOCRACIA: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988

<b>LUIZ FUX</b> .....	27
Introdução .....	27
I As Cortes Constitucionais e o constitucionalismo global .....	28
II A experiência brasileira: o Supremo Tribunal Federal e a guarda da Constituição de 1988.....	32
III Os limites do poder judicial: diálogos entre o Supremo Tribunal Federal e a sociedade .....	35
Conclusão .....	38
Referências .....	39

## UMA RELEITURA DO “PRINCÍPIO” DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

<b>TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO</b> .....	41
1 Localização e problematização do tema.....	41
2 A função dos princípios na contemporaneidade jurídica.....	41
3 Direito Administrativo visceralmente constitucionalizado.....	43
4 Os riscos da aplicação desmesurada de princípios.....	47
5 Impactos dos princípios no sistema (constitucionalizado e não codificado) de Direito Administrativo .....	49
6 Conteúdo (jurídico) do “princípio” da supremacia do interesse público .....	52
7 Conclusões.....	55
Referências .....	56

## MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA: APORTES DO CASO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E DO BRASIL

<b>HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS</b> .....	59
1 Introdução .....	59
2 As origens da revisão constitucional das leis nos Estados Unidos da América .....	61
3 O modelo brasileiro de Constituições em continuada reforma por emendas.....	66
4 Conclusão .....	69
Referências .....	71

## BREVES CONSIDERAÇÕES QUANTO AO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO CONSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS 130 ANOS DE REPÚBLICA E OS LIMITES DE SUA ATUAÇÃO JUNTO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

<b>MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES</b> .....	73
Introdução .....	73
1 Breves considerações quanto ao tratamento conferido às instituições, notadamente ao Ministério Público, nas constituições repúblicas brasileiras .....	74
2 Exame da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e seus impactos na atuação do Ministério Público .....	78
2.1 Da legitimidade do Ministério Público Estadual para atuar diretamente nos Tribunais Superiores.....	78
2.2 Da legitimidade do Ministério Público para ajuizar ações individuais para o fornecimento de medicamentos.....	82
2.3 Da legitimidade do Ministério Público para ajuizar ações de alimentos.....	82
2.4 Da legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública para questionar incentivos fiscais .....	83
2.5 Das conquistas sociais asseguradas via ação civil pública proposta pelo Ministério Público.....	83
2.5.1 Idoso faz jus a desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor do ingresso de eventos destinados ao seu lazer .....	83
2.5.2 Obrigatoriedade de as instituições financeiras utilizarem o Sistema Braille nas contratações bancárias estabelecidas com a pessoa com deficiência visual .....	84
2.5.3 Dos precedentes do Supremo Tribunal Federal que conferem legitimidade ao Ministério Público para propor ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados .....	85
3 Considerações finais .....	86
Referências .....	86

## MONOPÓLIOS PÚBLICOS NA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA

<b>ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO</b> .....	89
I Conceito e disciplina constitucional .....	89
II Monopólios em espécie .....	92
II.1 Atividades minerárias .....	93
II.2 Atividades nucleares .....	94
II.3 Atividades petrolíferas.....	95
II.3.1 As concessões de E&P .....	98

II.3.2	O regime jurídico do pré-sal .....	100
II.3.2.1	Contratos de partilha.....	101
II.3.2.2	Cessão onerosa .....	103
II.3.2.3	Conclusão .....	104

## ADVOCACIA PÚBLICA, PRIMEIRO JUIZ DA CAUSA DO PODER PÚBLICO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

<b>CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO</b> .....	107
I A Constituição de 1988 e a advocacia pública .....	107
II A advocacia pública e os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade pública e da impessoalidade .....	108
III A consultoria jurídica.....	109
IV A advocacia pública, sua independência e a litigiosidade .....	111
V Interesse público e interesse do poder público e a instituição de métodos alternativos.....	112
VI Conclusão .....	114

## NOTAS SOBRE A TOLERÂNCIA: FUNDAMENTOS, DISTINÇÕES E LIMITES

<b>CLÈMERSON MERLIN CLÈVE, BRUNO MENESES LORENZETTO</b> .....	115
Introdução .....	115
1 Fundamentos .....	117
2 Distinções .....	122
3 Limites.....	125
Considerações finais .....	130
Referências .....	130

## DIREITO E DESENVOLVIMENTO DE ACORDO COM DAVID TRUBEK E AS LIÇÕES DE JOHN RAWLS PARA A SUSTENTABILIDADE

<b>GABRIEL WEDY</b> .....	133
Introdução .....	133
1 A Primeira Era: o Estado Desenvolvimentista .....	134
2 A Segunda Era: desenvolvimento e o Estado (Neo)liberal .....	135
3 A Terceira Era: direito e desenvolvimento(sustentável) nos nossos dias .....	137
4 Desenvolvimento e o liberalismo político na concepção de John Rawls.....	142
5 Desenvolvimento e justiça distributiva .....	145
6 Contribuição das ideias de John Rawls para os desafios da Terceira Era do Desenvolvimento (sustentável) .....	147
Conclusão .....	151
Referências .....	152

**ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO E FALHAS DE REGULAÇÃO**

<b>GUSTAVO BINENBOJM</b> .....	155
I O que é? .....	155
II Para que serve? .....	156
III AIR <i>ex ante</i> e AIR <i>ex post</i> .....	156
IV A quem cabe realizar AIR? .....	156
V Regulamento: início da vigência, metodologia, obrigatoriedade e dispensa .....	157
VI Críticas à AIR e possíveis respostas em sua defesa .....	158
VII Conclusões.....	160

**O DEVIDO PROCESSO LEGAL NO DIREITO BRASILEIRO: A ATUALIDADE DA DEFESA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS**

<b>MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO</b> .....	163
I Introdução .....	163
II A garantia ao devido processo legal na história constitucional brasileira.....	165
III Devido processo legal e Estado de Direito .....	167
IV Considerações finais .....	171
Referências .....	172

**“MÁXIMO EXISTENCIAL POSSÍVEL” NO SOPESAMENTO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO SUPERIOR E O INTERESSE PÚBLICO AO EQUILÍBRIO FISCAL**

<b>RICHARD PAEKIM, DANIEL DELA COLETA EISAQUI</b> .....	175
Introdução .....	175
1 O direito fundamental à educação à luz da teoria do máximo existencial.....	176
2 O equilíbrio fiscal como interesse público e sua colisão com direitos fundamentais: a teoria da reserva do possível.....	183
3 O contingenciamento de verbas às universidades à luz do dever de mitigar o próprio dano .....	187
Considerações finais .....	191
Referências .....	193

**JURISDIÇÃO PENAL E EFETIVIDADE**

<b>ROGERIO SCHIETTI MACHADO CRUZ</b> .....	197
I Introdução .....	197
II Distância entre o mundo normativo e o mundo real – consequências.....	198
III Os frustrados fins do Direito Penal.....	200
IV A realidade desafia o sistema de justiça criminal .....	203
V Fragilidade normativa do Direito Penal.....	205
VI Algumas causas do déficit de efetividade da justiça criminal.....	208
VII O sistema penitenciário – triste epílogo da justiça criminal.....	210
VIII Encaminhamento reflexivo.....	214
Referências .....	216

**O DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE OS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO:  
O CONTEXTO DA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E A MUDANÇA  
DO PARADIGMA DA “ÚLTIMA PALAVRA DECISÓRIA”**

<b>PATRICIA CERQUEIRA KERTZMAN SZPORER, MAURÍCIO KERTZMAN SZPORER, VALMIR CHAVES DE OLIVEIRA NETO</b> .....	219
1 Introdução .....	219
2 Os “chavões” teóricos e a terceira via: diálogo entre os poderes .....	221
3 O diálogo institucional e o paradigma da “última palavra decisória” .....	224
4 Espécies de diálogo institucional: “pacífico” x “estocada e bloqueio” .....	227
5 Considerações finais .....	230
Referências .....	231

**O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MOVIMENTO: A INTRODUÇÃO DA  
VOTAÇÃO DE TESES E O ENCONTRO COM A TEORIA DOS PRECEDENTES**

<b>PATRÍCIA PERRONE CAMPOS MELLO</b> .....	233
Palavras iniciais: O Ministro e o Professor .....	233
Introdução .....	234
1 Os diferentes modelos colegiados de decisão.....	237
2 O modelo colegiado de decisão do Supremo Tribunal Federal .....	240
3 A introdução da votação das teses .....	241
4 O encontro com a teoria dos precedentes.....	244
Conclusão .....	248
Referências .....	248

**MINISTÉRIO PÚBLICO E SUAS ONDAS EVOLUTIVAS**

<b>ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO</b> ....	251
I Notas introdutórias.....	251
II A primeira onda evolutiva: em busca da identidade institucional .....	251
III A segunda onda: o construcionismo institucional .....	254
IV A terceira onda: o Ministério Público da Constituição de 1988.....	256
V Uma nova onda de mudanças se avizinha .....	259
Referências .....	262

**EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NA PROTEÇÃO DOS  
DIREITOS HUMANOS**

<b>RENATA GIL, RENEE DO Ó SOUZA, MARCELLE RODRIGUES DA COSTA E FARIA</b> ...	267
1 Introdução .....	267
2 Hodierno sistema de proteção dos direitos do homem .....	268
3 Direito Internacional Público e Direito Interno Estatal .....	269
4 Poder Judiciário como responsável pelo controle de convencionalidade das normas de direitos humanos .....	271
5 Exemplo de controle de convencionalidade no Brasil – a incompatibilidade da nova Lei de Abuso de Autoridade com o dever de tutela penal inserido na Convenção Interamericana de Direitos Humanos.....	274

6	Conclusão .....	277
	Referências .....	277

## A FUNÇÃO SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO E O PAPEL DAS ESCOLAS JUDICIÁRIAS NA CONTEMPORANEIDADE

<b>ANGELA ISSA HAONAT</b> .....	279
Introdução .....	279
O (re)surgimento do Direito Constitucional .....	280
Carreiras jurídicas e currículos dos cursos de Direito.....	281
Das escolas judiciárias antes e depois da EC nº 45/2004 .....	284
Objeto de análise: Escola da Magistratura Tocantinense (ESMAT) .....	286
Considerações finais .....	288
Referências .....	288

## A TUTELA JURISDICIONAL CONFERIDA AOS DEMANDISTAS SINGULARES – NOVA MINORIA DO ESTADO BRASILEIRO. A VERTENTE DE ACELERAÇÃO DA ESTABILIDADE JURISPRUDENCIAL DO ARTIGO 926 DO CPC, DIANTE DO EXCESSO DE DEMANDAS EM MASSA E/OU AÇÕES PREDATÓRIAS

<b>ALEXANDRE AGUIAR BASTOS</b> .....	291
Introdução .....	291
1    Acesso ao Judiciário ( <i>heterocomposição</i> ) .....	292
2    O sistema de precedentes e a otimização da heterocomposição .....	296
3    A alteração do perfil das demandas – excesso e ações predatórias – fenômenos sociais econômicos .....	298
4    A estabilidade jurisprudencial do artigo 926 do CPC com os olhos voltados à realidade social.....	301
Conclusão .....	307
Referências .....	309

## MULTIPLICANDO LITÍGIOS: A ELEIÇÃO DA MÉTRICA SENTENÇAS-POR-MINUTO COMO UM MEIO SEM FIM. QUE LIÇÕES PODEMOS EXTRAIR DA INSOLVÊNCIA DA UNIMED PAULISTANA?

<b>ALEXANDRE JORGE CARNEIRO DA CUNHA FILHO,</b> <b>ALEXANDRA FUCHS DE ARAÚJO</b> .....	311
1    Introdução – o problema das lides repetitivas .....	311
2    O Judiciário sob a pressão dos números .....	312
3    O caso da liquidação extrajudicial da Unimed Paulistana.....	317
3.1    Em que ponto avançamos? .....	319
3.2    O que ficou por fazer?.....	321
4    Perspectivas: ação estrutural? .....	323
5    Conclusão .....	324
Referências .....	326



## OS LIMITES DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

<b>CAROLINE MARIA VIEIRA LACERDA</b> .....	329
1 A constitucionalização do Direito .....	329
1.1 A valorização dos princípios constitucionais à luz da constitucionalização do Direito .....	333
2 A constitucionalização do Direito Administrativo e a necessidade de revisitação de seus paradigmas clássicos .....	335
3 Limites da constitucionalização do Direito Administrativo .....	342
4 Conclusões .....	345
Referências .....	347

## A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NA VISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<b>ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA</b> .....	349
1 O Ministério Público: Constituição Federal de 1988 .....	349
2 Investigação criminal no Brasil .....	350
2.1 Conceito, finalidade e destinatários da investigação criminal .....	350
2.2 Investigação policial: inquérito policial .....	351
2.3 Investigação extrapolicial: instrumentos investigatórios diversos do inquérito policial .....	352
3 O Ministério Público e a investigação criminal direta – legislação e doutrina .....	353
3.1 Argumentos contrários à investigação criminal pelo Ministério Público .....	354
3.2 Argumentos favoráveis à investigação criminal pelo Ministério Público .....	356
4 O Ministério Público e a investigação criminal direta – visão do Supremo Tribunal Federal .....	363
4.1 Evolução da jurisprudência no Supremo Tribunal Federal sobre o tema .....	363
4.2 Posição atual do Supremo Tribunal Federal sobre o tema (RE nº 593.727-MG, repercussão geral, Pleno) .....	365
5 Conclusão .....	372
Referências .....	373

## JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVA: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA À LUZ DO MODELO FRANCÊS

<b>BENEDITO GONÇALVES, ANA LUCIA PRETTO PEREIRA</b> .....	377
1 Introdução .....	377
2 Jurisdição administrativa no modelo francês .....	377
3 Jurisdição administrativa na experiência brasileira .....	379
3.1 O caso do Conselho Nacional do Ministério Público .....	381
3.2 O caso do Conselho Nacional de Justiça .....	383
4 Conclusão .....	386
Referências .....	386

**A LIBERDADE DE EXPRESSÃO: UM DIREITO DE OFENDER?**

<b>BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, KAMILE CASTRO</b> .....	389
1 Introdução .....	389
2 Liberdade de pensamento e expressão: da cidade antiga aos dias atuais.....	390
3 Liberdade e responsabilidade .....	393
4 Um direito para incomodar...ou mesmo ofender?.....	398
5 Conclusão .....	402
Referências .....	403

**O CRESCIMENTO DOS *HABEAS CORPUS* NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

<b>SEBASTIÃO ALVES DOS REIS JÚNIOR</b> .....	405
--	-----

**OS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CUMPRIMENTO DE SUA FUNÇÃO SOCIAL E O REPENSAR SOBRE SUAS COMPETÊNCIAS E SUA FORMA DE ATUAÇÃO**

<b>RONALDO CHADID</b> .....	413
Introdução .....	413
1 A formação do Estado pelas diversas formas de atuação do Poder.....	414
2 A separação de poderes (funções) e os diversos órgãos que compõem o núcleo da organização do Estado .....	416
3 Consolidação institucional dos Tribunais de Contas nas Constituições .....	420
4 Funções dos Tribunais de Contas.....	424
5 Repensando os Tribunais de Contas.....	425
5.1 Eficiência pedagógica .....	426
5.2 Cautelares .....	426
5.3 A atuação concomitante .....	427
5.4 Gestão de riscos.....	427
5.5 Termos de ajustamento de gestão.....	428
Conclusão .....	429
Referências .....	430

**ASSIMETRIAS REGULATÓRIAS FEREM O PRINCÍPIO DA ISONOMIA? PARÂMETROS E PERSPECTIVAS CONSTITUCIONAIS**

<b>JORGE OCTÁVIO LAVOCAT GALVÃO, GABRIEL CAMPOS SOARES DA FONSECA</b> ..	433
Introdução .....	433
1 O princípio da isonomia na Constituição de 1988 .....	434
1.1 O princípio da isonomia na doutrina nacional .....	436
1.2 O princípio da isonomia na jurisprudência nacional.....	440
2 Assimetrias regulatórias.....	442
3 Assimetrias regulatórias e o princípio da isonomia.....	445
Considerações finais .....	447
Referências .....	448

<b>SOBRE OS COORDENADORES</b> .....	451
-------------------------------------	-----

<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	453
-------------------------------	-----